

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	6
--------------------------------	---

DMPL - 27/12/2013 à 31/12/2013	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração	9
----------------------------	---

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	35
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	37
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	240.000.000
Preferenciais	0
Total	240.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	760.538	1
1.01	Ativo Circulante	171.459	1
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	250	1
1.01.02	Aplicações Financeiras	159.885	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.365	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.525	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	434	0
1.02	Ativo Não Circulante	589.079	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	17.049	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.177	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.177	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.766	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	106	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	106	0
1.02.03	Imobilizado	3.594	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.594	0
1.02.04	Intangível	568.436	0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	568.436	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	760.538	1
2.01	Passivo Circulante	103.477	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.471	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	928	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.543	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.429	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.432	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	503	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	86	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.843	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	77.532	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	77.532	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	77.532	0
2.01.05	Outras Obrigações	6.613	0
2.02	Passivo Não Circulante	440.698	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	439.903	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	439.903	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	439.903	0
2.02.02	Outras Obrigações	795	0
2.03	Patrimônio Líquido	216.363	1
2.03.01	Capital Social Realizado	240.000	1
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-23.637	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 27/12/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	462.823	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-462.823	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-41.266	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.266	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-41.266	0
3.06	Resultado Financeiro	5.452	0
3.06.01	Receitas Financeiras	11.727	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.275	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-35.814	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.177	0
3.08.02	Diferido	12.177	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.637	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.637	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 27/12/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.729	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.936	0
6.01.03	Outros	-793	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-734.326	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	740.304	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	249	1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	250	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04.01	Aumentos de Capital	239.999	0	0	0	0	239.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.637	0	-23.637
5.07	Saldos Finais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 27/12/2013 à 31/12/2013**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.04.01	Aumentos de Capital	1	0	0	0	0	1
5.07	Saldos Finais	1	0	0	0	0	1

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 27/12/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	462.823	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-489.498	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-462.823	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.675	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-26.675	0
7.04	Retenções	-2.413	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.413	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-29.088	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.740	0
7.06.02	Receitas Financeiras	11.726	0
7.06.03	Outros	14	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-17.348	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-17.348	0
7.08.01	Pessoal	9.390	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.143	0
7.08.01.02	Benefícios	1.867	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	380	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-10.612	0
7.08.02.01	Federais	-10.612	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.511	0
7.08.03.01	Juros	6.195	0
7.08.03.02	Aluguéis	1.273	0
7.08.03.03	Outras	43	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.637	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.637	0

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades exercidas pela Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”), acompanhada das demonstrações financeiras, referentes ao período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

1.2. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na MT 407, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.3. Destaques

Durante o exercício de 2014 a CRO priorizou a realização de obras e melhorias fundamentais para o atendimento das metas estabelecidas no PER e para melhoria da segurança e conforto dos usuários que trafegam no trecho sob sua administração.

Para fazer frente aos investimentos, a CRO firmou contrato de empréstimo ponte com o BNDES em setembro de 2014, no valor de total de R\$ 762 milhões com prazo de 18 meses. Do valor total contratado foram liberados R\$ 440 milhões até dezembro de 2014.

Para realização das obras, foi firmado entre a CRO e a Construtora Norberto Odebrecht S.A (“CNO”) o contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do Sistema Rodoviário da concessão da BR 163-MT, na modalidade de empreitada integral, por preço global e prazo determinado (EPC *turn key lump sum*).

1.4. Perspectivas

A CRO continuará seu programa de investimentos para atender o CONTRATO, concentrando esforços em 2015 nas frentes de ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço, recuperação do sistema existente, e construção das praças de pedágio, visando o início da arrecadação que passará a gerar receita tarifária à concessionária em 2015.

Com a emissão da licença ambiental de instalação (LI 65034/2015) em março de 2015, que autoriza as obras de duplicação da BR-163 MT do km 0,00 ao km 94,9 e do km 507,1 ao km 855,00, a CRO irá atender o cronograma de duplicação previsto no PER.

A CRO busca um financiamento, para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão, em uma estrutura *Project Finance* (engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto e que tem como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo projeto). Como financiamento principal a CRO conta com Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa e Banco do Brasil, para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística (“PIL”). Além do financiamento principal a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (“FDA”) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (“FDCO”), além de debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

2. Gestão e Operação

2.1. Governança

Relatório da Administração

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima criada sob a forma de subsidiária integral de propósito específico, de capital fechado, da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Técnico de Engenharia, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

2.2. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou 2014 com o efetivo de 392 integrantes, e mais 2.812 indiretos.

2.3. Atendimento ao Usuário

Em 20 de setembro de 2014 a CRO iniciou a prestação dos serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais provisórias, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI’s com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Desde então toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito ((0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o ano de 2014 foram 4.178 atendimentos a usuários por meio do telefone gratuito. No mesmo período o CCO registrou 24.140 ocorrências, das quais resultaram 31.836 acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 24.728 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guindauto e combate a incêndio;
- 5.796 acionamentos para remoção de veículos;
- 1.362 acionamentos para as ambulâncias.

Pelos dados da PRF (Polícia Rodoviária Federal) no ano de 2013, no período de 20 de setembro a 31 de dezembro foram registradas 47 mortes no mesmo trecho, hoje sob concessão da CRO. Em 2014, no mesmo período e após o início da operação da rodovia pela CRO, ocorreram 31 óbitos, o que representa uma redução de 34%. Nesta comparação não foram computados os acidentes na BR-070/MT, pois a PRF não possui registros deste trecho em 2013.

3. Desempenho Econômico Financeiro

3.1. Mercado

A BR-163/MT é uma rodovia com papel bastante significativo para o corredor de transporte rodoviário do país, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias do setor agrícola e pecuário. A região é um pólo produtor de soja, milho e algodão, além de importante região de criação de gado, uma vez que cruza o estado de Mato Grosso, um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos.

Relatório da Administração

A economia do Estado do Mato Grosso tem apresentado expansão acelerada nas últimas três décadas, bem superior à média do País. Entre 1985 e 2014, o Mato Grosso foi a unidade da Federação que registrou o maior crescimento no Brasil (6,7% a.a.), o que corresponde a 2,5 vezes o resultado da média nacional (2,6%).

O principal motor do crescimento econômico do Estado foi e deve continuar sendo o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista a grande competitividade da produção local, associada ao fato de que o Mato Grosso representa a principal fronteira agrícola do País. Os principais destaques são as cadeias da soja, milho, bovinos e algodão, incluindo a geração de valor adicionado dentro da indústria de alimentos e biocombustíveis.

3.2. Investimentos

Os investimentos em 2014 totalizaram R\$ 570 milhões sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização. Foram iniciadas as obras de duplicação de trecho de 22,7 km ao sul de Rondonópolis, das praças de pedágio, bem como alguns dispositivos que irão compor o sistema rodoviário.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 5,4 bilhões em investimentos, sendo R\$ 2,8 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

4. Sustentabilidade

4.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

A CRO realizou um mapeamento social nos 19 municípios que compõem o trecho sob concessão com objetivo de compreender o entendimento dos stakeholders (representantes dos governos municipal e estadual, poder legislativo, empresas, comércio, terceiro setor, entidades de classe, ONGs e lideranças comunitárias) a respeito dos temas social, ambiental e econômico para direcionar suas iniciativas de responsabilidade social.

O ano de 2014 marcou também o início do projeto “Rota Segura”, que promove a Semana do Trânsito periodicamente nos municípios em que a rodovia atravessa o perímetro urbano. O projeto tem o objetivo de conscientizar crianças, jovens, adultos e idosos sobre as leis de trânsito e melhores práticas. Durante uma semana, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, a CRO realizou palestras orientativas e lúdicas nas empresas, comércio, espaços públicos, escolas e universidades. Para as crianças até 12 anos, foi montado um grupo de teatro denominado “Patrulha do Trânsito”. Este projeto beneficiou 42.824 pessoas em seis cidades: Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Várzea Grande, Jaciara e Rondonópolis. As crianças foram representadas por 54% deste públicos e envolveu 71 escolas municipais. Na cidade de Rondonópolis, a CRO apoiou e participou da formação de 435 agentes mirins, um projeto para desenvolver potenciais de cidadãos aptos e responsáveis para ajudar a compreender a cidadania como participação social, adotando no dia-a-dia atitudes de solidariedade e cooperação em busca da paz no trânsito.

Para os caminhoneiros, que representam o principal público usuário da BR-163 em MT, a CRO montou o projeto Parada Legal do Oeste. Trata-se de uma campanha de saúde e segurança, cujo objetivo é reduzir o número de acidentes na rodovia através da conscientização para uma direção segura, cuidados com a saúde e manutenção do veículo. Em duas edições realizadas em 2014 foram beneficiados 1.209 motoristas. Os eventos contaram com serviços de saúde e de bem estar, além de palestras de educação sobre o trânsito.

Em 2014 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 10,8 milhões a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras.

4.2. Licenciamento e gestão ambiental

De acordo com o Contrato de Concessão, o Poder Concedente é o responsável pela obtenção das Licenças Prévia (“LP”) e de Instalação (“LI”) das obras de duplicação da rodovia junto ao órgão ambiental competente. Dessa forma, a ANTT delegou à Empresa de Planejamento e Logística (“EPL”) a condução dos estudos ambientais e a responsabilidade legal do empreendimento durante o processo de licenciamento ambiental até a emissão da LI, quando fará a transferência da licença para a CRO. O órgão ambiental competente responsável pela condução do processo de licenciamento é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (SEMA/MT).

Em acordo firmado entre a CRO e a ANTT, a CRO assumiu a contratação da equipe de consultoria responsável pela condução dos estudos ambientais para a emissão da LI referente às obras de duplicação entre o km 0,0 e o km 94,9 e entre o km 507,1 e o km 855,0. A LI para as referidas atividades foi emitida no dia 23 de março de 2015.

Relatório da Administração

Ainda em 2014, quando da assunção da rodovia pela CRO, verificou-se a vigência de uma Licença Prévia para a execução de obras de duplicação na rodovia BR-163/MT, entre o km 94,9 e o km 119,9 sob a titularidade do DNIT. Após solicitação do Ministério dos Transportes, a LP foi transferida para a CRO, que conduziu os estudos ambientais necessário para a emissão da Licença de Instalação do referido trecho. A LI foi emitida em 22 de maio de 2014, possibilitando o início das obras de duplicação.

A gestão ambiental da CRO inclui a execução dos programas Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

Além dos programas ambientais propostos durante o processo de licenciamento conduzido pela EPL que encontram-se em fase de aprovação por parte da FUNAI e das comunidades indígenas, ficou estabelecido que a CRO ficaria responsável pela execução do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBAi) que anteriormente estava sob responsabilidade do DNIT. Com relação a este PBAi, a CRO iniciou a sua execução em dezembro de 2014 e a duração dos programas será de dois anos.

5. Mensagem da Administração

O ano de 2014 foi muito gratificante pelos resultados alcançados através dos trabalhos realizados, que transformaram rapidamente a realidade da BR-163, do Mato Grosso e do Brasil. Foram entregues melhorias como a nova rodovia dos Imigrantes (trecho da BR-070), um marco para a população de Cuiabá e Várzea Grande, as duas maiores cidades do estado. Também foram entregues recuperação do trecho entre Posto Gil e Nova Mutum, o início da duplicação no acesso ao Terminal de Grãos de Rondonópolis e os serviços de atendimento ao usuário.

Por estas conquistas a administração da CRO registra seu agradecimento especial aos seus colaboradores, ao acionista, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, às instituições financeiras que apoiam o programa de investimentos, que em conjunto estão possibilitando a realização deste projeto.

Para 2015 a meta é duplicar ainda mais. Além da entrega do trecho de 22,7 km entre Rondonópolis e o terminal ferroviário, destino de muitos caminhões de grãos que saem do norte do estado, será duplicado o trecho até a divisa com o Mato Grosso do Sul.

No âmbito das operações, a CRO tem o objetivo dar continuidade aos atendimentos e, com os serviços operacionais prestados, tem a meta de diminuir o índice de acidentes que ocorrem na rodovia para mudar o estigma de ser perigosa.

Conselho de Administração

Renato Ferreira de Mello Junior	Presidente
Marcelo Fogaça Cristante	Vice-Presidente
Paulo Henrique dos Santos Quaresma	Membro titular
Júlio César Duarte Perdigão	Membro titular
Adriano Lima Ferreira	Membro titular
Alcir Guimarães	Suplente-Presidente
Adriano Sá de Seixas Maia	Suplente-Vice Presidente
Fernanda de Goes Pittelli Granato	Suplente
Fabio Adriano Toscano Rebouças	Suplente
Marcelo Felberg	Suplente

Diretoria Executiva

Relatório da Administração

Paulo de Meira Lins
Fabio Abritta Filho
Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Presidente
Diretor de Operações
Diretor Técnico de Engenharia

Contador

Ailton da Silva de Oliveira
CRC 026104/OS-8 BA

Relatório da Administração

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do exercício de 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com prazo de duração correspondente ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão firmado com a União Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes (“ANTT” ou “Poder Concedente”). O procedimento licitatório foi promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concessão nº 003/2013 da 3ª Etapa das Concessões de Rodovias Federais – Fase III, Lote 7, tendo como objetos social:

- (i) recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário composto por trechos rodoviários da BR-163/MT e MT 407, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com as instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão (“Sistema Rodoviário”);
- (ii) exploração de eventuais receitas complementares, acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio, decorrente da exploração do Sistema Rodoviário e de projetos associados.

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”)

Em 31 de dezembro de 2014 a participação acionária na proporção de 100% do capital da Companhia deixou de ser detido pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”), passando a ser subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), em razão da reestruturação societária com a criação de uma estrutura própria para a gestão dos ativos de rodovias.

Notas Explicativas

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de novembro de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

Notas Explicativas

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2014, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2014, compreende a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

Notas Explicativas

d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

e) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

f) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

g) Intangível

(i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tem início a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizada nas operações da Companhia, estes ativos serão amortizados após o início das atividades previsto para setembro de 2015 e o critério de amortização seguirá pela curva de demanda.

Notas Explicativas

(ii) *Software*

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 13.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

h) **Fornecedores**

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

i) **Empréstimos e financiamentos**

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

j) **Demais passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

k) **Reconhecimento de receita**

(i) **Receita de construção**

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

Notas Explicativas

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

l) Regime Tributário de Transição - RTT

A Lei nº. 12.973 de 13 de maio de 2014, especialmente regulamentada pela IN RFB nº 1.515/14, revogou o Regime Tributário de Transição ("RTT") e trouxe providências sobre a apuração de impostos, com disposições especialmente associadas à tributação dos contratos de concessão de serviços públicos. As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo a hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014, sendo que a Companhia optou pela adoção antecipada dos seus efeitos.

De acordo com a IN RFB nº. 1.499/14, a opção pela antecipação da Lei nº. 12.973/14 para o ano-calendário de 2014 se encerrou em 24 de fevereiro de 2015. A Companhia confirmou a adoção antecipada na DCTF de 2015.

m) Benefícios a empregados (não auditado)

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 30.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

n) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

o) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.3. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.4. Reapresentação

A Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, para inclusão de informações em conexão com o pedido de registro de companhia aberta, categoria B, junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

De acordo com o CPC 23 – "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" não houve mudanças significativas na política contábil erros e estimativas, em relação as demonstrações anteriormente apresentadas. As principais divulgações adicionais são:

- a) Inclusão da Demonstração do valor adicionado;
- b) Inclusão da Qualidade do crédito;
- c) Inclusão da gestão de risco financeiro e gestão de capital;
- d) Honorários de administradores.

A reapresentação das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de novembro de 2015.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de

Notas Explicativas

caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	11.429	795
Empréstimos e financiamentos	77.532	439.903

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do CDI (Certificados de Depósito Interbancário), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no CDI foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%
CDI	12,6%	11,6%	10,7%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%

(*) Fonte: TJLP – Banco Caixa Geral do Brasil; CDI - Focus - 31/12/2014.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III	(*)	Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo		
TJLP (*)	5,46%	6,82%	8,19%		
CDI	10,48%	13,10%	15,72%		

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	fev/16	Alta TJLP	42.921	46.403	46.794

Notas Explicativas

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros CDI, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Nota Prómissória ABC	mar/15	Alta CDI	5.098	6.124	7.137

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento em 31 de dezembro 2014 pode ser assim sumariado:

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	517.435	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(250)	(1)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(159.885)	-
Dívida líquida	357.300	(1)
Total do patrimônio líquido	216.363	1
Total do capital	573.663	-
Índice de alavancagem financeira - %	62	N/A

N/A – Não aplicável

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	250	-	1
Aplicações financeiras	159.885	-	-	-
	159.885	250	250	1
			Outros passivos financeiros	
			31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos		517.435	-	-
Fornecedores		12.224	-	-
Contas a pagar		6.613	-	-
		536.272	536.272	-

6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	159.885	-
	159.885	-
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	10	1
Bancos conta movimento	240	-
	250	1
	160.135	1

Notas Explicativas

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa geral	10	1
Bancos conta movimento	240	-
	250	1

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado na rubrica de aplicações financeiras é de R\$ 159.885.

9. Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2014
Seguros a apropriar	7.154
Despesas com financiamentos a apropriar	5.137
	12.291
Ativo circulante	7.525
Ativo não circulante	4.766

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2014
Ativo (passivo) fiscal diferido	
Prejuízo fiscal e base negativa	2.577
Amortização Despesas Diferidas	14.035
Provisões Temporárias	(4.435)
	12.177

	31 de dezembro de 2014
Tributos diferidos líquidos	
Ativo fiscal diferido - não circulante	16.612
Passivo fiscal diferido - não circulante	(4.435)
	12.177

(i) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Notas Explicativas

	31 de dezembro de 2014
2016	4.497
2017	1.920
2018	1.920
2019	1.920
2020	1.920
	12.177

11. Partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Construtora Noberto Odebrecht S.A. ("CNO") (*)	106	-
Em 30 de dezembro de 2014	106	-

(*) Refere-se basicamente a repasse de despesas administrativas, o montante de R\$ 106 registrado na rubrica "Outros créditos e valores".

a) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2014, totalizou o montante de R\$ 518.

b) Participação nos lucros e resultados

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia provisionou participação nos resultados ao empregados e administradores no montante de R\$ 2.481.

12. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
Aquisições	145	579	530	1.468	1.598	4.320
Depreciação/exaustão	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo contábil	139	535	498	1.263	1.159	3.594
Custo	145	579	530	1.468	1.598	4.320
Depreciação/exaustão acumulada	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	139	535	498	1.263	1.159	3.594
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	-	

(*) Esses itens serão depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

13. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Aquisições	-	-	15.556	554.392	176	570.124
Transferências	10.766	3.690	-	(14.456)	-	-
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo contábil	10.658	3.653	14.024	539.936	166	568.437
Custo	10.766	3.690	15.556	539.936	176	570.124
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.658	3.653	14.024	539.936	166	568.437
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Serão amortizados de acordo com o prazo do contrato de Concessão até o início das operações das praças de pedágio, a partir desta data o critério de amortização será pela curva de tráfego.

Notas Explicativas

Refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão parcialmente concluído.

14. Empréstimos e financiamentos

Em 20 de agosto de 2014, a Companhia contratou com o Banco Caixa Geral do Brasil S.A. (“BCGB”) Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), o montante de R\$ 25.000, com remuneração de 3,25% a.a. e vencimento em 20 de outubro de 2014. Em 24 de setembro de 2014, foi liquidado integralmente a CCB com BCGB.

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2014
Empréstimo Banco ABC S.A.(a)	R\$	DI + 2,3%	77.708
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	444.650
Custos de captação a amortizar	R\$		(4.923)
			517.435
(-) Passivo circulante			
Empréstimo e financiamentos Banco ABC S.A.(a)			77.532
			77.532
Passivo não circulante			
Empréstimos BNDES			439.903
Passivo não circulante			439.903
			517.435

a) Banco ABC S.A.

Em 22 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$ 75.000. Foram emitidas dez Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP, acrescida da sobretaxa de 2,3% a.a. e prazo de 180 dias corridos da data de emissão, o recurso foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 o financiamento é de R\$ 77.532 líquido do custo de transação amortizado no período.

A amortização do financiamento será integralmente realizado em 22 de março de 2015. O custo de captação sobre o financiamento é de R\$ 220 está sendo amortizado pela fluidez do empréstimo.

b) BNDES

Em 23 de julho de 2014 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), conforme processo nº. 50500.062490/2014-89 de acordo com a Deliberação nº187 da ANTT, o Art. 1º autoriza a captação de empréstimo ponte no montante de até R\$ 762.000 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT.

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº. 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Notas Explicativas

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 está sendo amortizado pela fluidez do empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2014 o financiamento é de R\$ 439.903 líquido do custo de transação amortizado no período. A taxa efetiva do financiamento é de 8,56% a.a..

(i) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*Project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“*Covenants*”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

15. Fornecedores

	31 de dezembro de 2014
Passivo circulante	11.429
Passivo não circulante	795

16. Salários e encargos sociais

	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos sociais	2.324
Participação nos lucros e resultados	2.147
	4.471

Notas Explicativas

17. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2014
Seguros a pagar	3.947
Verbas do contrato de concessão	2.147
Verba de fiscalização	519
	6.613

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 27 de dezembro de 2013, foi constituído o capital social da Companhia, em R\$1, através da emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor em moeda corrente nacional.

Em 20 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social, OTP, no montante de 239.999 novas ações ordinárias da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o montante de R\$ 239.999 sendo R\$ 10.558, integralizado em créditos, R\$ 179.000 em moeda corrente e R\$ 50.441 integralizado em moeda corrente em 30 de setembro de 2014 pela acionista OTP.

Em 30 de setembro de 2014, foi aprovado a integralização de capital da Companhia pela acionista OTP no montante de R\$ 50.441, sendo R\$ 46.732 em moeda corrente e R\$ 3.709 em créditos.

O capital social da Companhia é de R\$ 240.000, representado por 240.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

19. Receita líquida

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 462.823, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão, o início da cobrança de pedágio está condicionada ao atingimento de 10% das obras previstas para agosto de 2015.

20. Custo dos serviços

	31 de dezembro de 2014
Custo de obra de infraestrutura	(462.823)
	(462.823)

Notas Explicativas

21. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos	(10.901)
Serviços de terceiros	(10.764)
Gastos gerais	(19.601)
	(41.266)

22. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2014
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos	(7.694)
Outras	1.419
	(6.275)
Receitas financeiras	
Receita de aplicações financeiras	11.719
Outras	8
	11.727
	5.452

23. Imposto de renda e contribuição social diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2014
Prejuízo antes dos impostos	(35.814)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	12.177
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	24
Efeito IR e CSLL no resultado	12.201
IR e CSLL diferidos	12.177
Total da despesa com IR e CSLL	12.177

Notas Explicativas

24. Prejuízo por ação

Básico

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro.

	31 de dezembro de 2014
Prejuízo do exercício	(23.637)
Quantidade média ponderada de ações	227.473
Prejuízo básico por lote de mil ações	(103,91)

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta a seguinte apólice de seguro contratada com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	100.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	1.000

26. Eventos subsequentes

a) Início das operações

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

c) Empréstimos bancários

Em 23 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. montante de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Em 10 de setembro de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal (“CEF”) assinaram o contrato de financiamento no montante de R\$ 300.000. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

(i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Notas Explicativas

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta Odebrecht TransPort (“OTP”), alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

d) Aumento de capital

Em 24 de julho de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 558, passando de R\$ 240.000 para R\$ 240.558.

e) Adiantamento para futuro de capital - AFAC

Não existe a certeza, que esses valores irão compor o capital social da Companhia.

Em 1º. de julho de 2015, a ODB Rodovias S.A. (ODB Rodovias), visando a atender à necessidade de caixa da Companhia, enquanto não ocorria a liberação de recursos ponte da Caixa Econômica Federal realizou o AFAC no montante de R\$ 10.000. Em 16 de julho de 2015, a ODB Rodovias, realizou outro AFAC no montante de R\$ 9.925.

Em 24 de julho de 2015, a ODB Rodovias, por equívoco incorrido na formalização do AFAC realizado em 1º. de julho de 2015 capitalizou parcialmente o AFAC, mediante aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 558.

Em 11 de setembro de 2015, a ODB Rodovias em comum acordo com a Companhia resolveu converter os AFAC's em mútuo no montante de R\$ 20.065.

Em 30 de setembro de 2015, a OTP converteu os saldos de mútuos no valor de R\$ 72.815 com a Companhia em AFAC na ODBvias e conseqüentemente a ODBvias converteu AFAC na Companhia. O saldo de mútuo no valor de R\$ 17.092 foi convertido em AFAC na Companhia.

f) Licença para duplicação de rodovia

Em 23 de março de 2015, a Companhia obteve a licença prévia e licença de instalação referente a duplicação dos trechos do Km 0 em Itiquira a Km 94,9 em Rondonópolis e do Km 507,1 em Diamantino ao Km 855 em Sinop-MT.

g) Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 386 em 30 de setembro de 2015.

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, em decorrência da solicitação de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a Companhia, como previsto no CPC 23 "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro" e no CPC 26(R1) "Apresentação das demonstrações contábeis", procedeu a uma revisão das práticas e políticas contábeis, procedendo a reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo 31 de dezembro de 2014, visando endereçar divulgações adicionais não contempladas naquelas demonstrações contábeis, anteriormente emitidas e, ao pleno atendimento das normas e orientações contábeis emitidas pela CVM e práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para companhia abertas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Início das operações e comparabilidade das demonstrações contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa no.26, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, portanto, somente começou a auferir resultados desta data em diante. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de novembro de 2015.

Nelson Fernandes Barreto Filho

Contador CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Cuiabá, 30 de novembro de 2015.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e Relação com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Operações

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Cuiabá, 30 de novembro de 2015.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e Relação com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Operações

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia